



CÍRCULO **faz** **Política**

**Propostas de políticas públicas construídas pelo
Círculo Laranja a partir dos territórios, da
participação popular e da defesa de direitos**

**Rio de Janeiro
2026**

APRESENTAÇÃO

Em ano de eleição, diferentes projetos de sociedade entram em disputa. Para o Círculo Laranja, participar desse debate significa também apresentar propostas, defender direitos e colocar no centro da discussão as necessidades concretas de quem vive nos territórios.

O Círculo Faz Política — Propostas de Políticas Públicas 2026 reúne um conjunto de propostas construídas coletivamente ao longo do ano, a partir da atuação da organização, da escuta dos territórios e da experiência acumulada em diferentes áreas de defesa de direitos.

As propostas estão organizadas em oito eixos: *Gestão Pública; Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutrição; Meio Ambiente; Educação; Cultura; Saúde; Trabalho; Mobilidade e Acessibilidade.*

O documento contempla diferentes esferas de governo, reconhecendo que os desafios vividos nos territórios exigem políticas articuladas entre municípios, estados e União.

Mais do que apresentar respostas prontas, este documento busca contribuir para o debate público e para a construção de uma sociedade mais democrática, participativa e comprometida com a garantia de direitos.

Propostas Estaduais:

1. Participação na Região Metropolitana: Implementação da Governança Metropolitana que já existe na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com controle social por meio da participação paritária da sociedade civil em relação aos municípios; Revisão e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana, visando integrar as políticas públicas municipais.

2. Conselhos e Conferências Municipais: Obrigatoriedade do funcionamento de todos os Conselhos Municipais de Políticas Públicas e realização de Conferências Municipais como pré-requisito para acessar verbas estaduais e federais, garantindo o controle social das políticas públicas.

3. Conselhos Populares de bairros: Obrigatoriedade das cidades com população de 200 mil habitantes a ter Conselhos Participativos nas Regiões Administrativas; Obrigatoriedade de criação de Conselhos da Cidade por cada município a partir de representantes eleitos nas Regiões Administrativas, visando o controle social do estado e fazendo valer os Planos Diretores Municipais.

4. Canal de Transparência Política: Criação de um portal com informação sobre os gastos de todos os programas, projetos e pessoal do governo estadual e dos governos municipais, com fácil utilização e linguagem acessível, para além da Lei de Transparência, visando possibilitar o monitoramento dos gastos públicos pelos cidadãos e uso dos dados para estimular a cidadania através da educação.

5. Gestão e Territórios: Criação de Centros de Cidadania em espaços de referência nos territórios periféricos municipais, como as Naves do Conhecimento, com oferta não somente de cursos formativos, mas principalmente de aulas de cidadania; Garantir financiamento público para gerir parques e áreas verdes; Reabertura dos Restaurantes Populares com alimentação saudável, bem como dos pontos de Café para Trabalhadores nas estações de trem e locais de grande circulação; Banheiros públicos gratuitos nos centros e subcentros destinados, principalmente aos trabalhadores das cidades.

Propostas Nacionais:

1. Participação: Incentivo de Participação nas grandes metrópoles através de um Ministério das Cidades realmente ativo, em parceria com estados e municípios: através de instrumentos como o Orçamento Participativo, Conselhos de Políticas Públicas obrigatórios para estados e municípios, Conferências com maior divulgação, capilaridade e participação efetiva.

2. Transparência: Garantia de um canal de informações sobre as ações do governo federal, para além do Portal da Transparência, com fácil utilização e linguagem acessível.

3. Direito à Cidade e Habitação: Aumento para 30% das verbas do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) para a modalidade Entidades, geridos por movimentos sociais, construídos em áreas centrais das grandes metrópoles; Cadastro nacional de imóveis públicos abandonados a fim de facilitar a sua destinação para moradia popular, bem como estimular a regularização de ocupações populares em imóveis públicos com apoio técnico de universidades públicas; controle da utilização de imóveis para aplicativos de locação por temporada a fim de limitar o aumento do custo de vida sob o capitalismo de plataformas.



ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

Propostas Estaduais:

1. Programa Estadual de Saúde Mental para Juventudes

Periféricas: Criar um programa estadual voltado ao cuidado integral da saúde mental das juventudes periféricas, buscando ampliar o acesso ao atendimento psicológico e fortalecer ações preventivas de promoção da saúde mental, através da ampliação do atendimento psicológico gratuito; de grupos terapêuticos; de ações educativas nas escolas; de prevenção ao suicídio; e de articulação entre saúde, educação e assistência social.

2. Política de Apoio e Proteção às Mães Solo na Adolescência e Juventude

Juventude: Criar uma Política Estadual de Apoio e Proteção às Mães Solo na Adolescência e Juventude, buscando garantir proteção social, fortalecimento da autonomia financeira e acesso aos direitos fundamentais, através da ampliação da oferta de creches públicas e da extensão de seus horários; Linhas de Crédito com juros baixos para mães empreendedoras; programas de permanência escolar; do acompanhamento psicossocial; de qualificação profissional; de incentivo à empregabilidade; de ações de segurança alimentar e nutricional.

3. Programa Estadual de Formação, Empregabilidade e Inserção da Juventude no Mundo do Trabalho

Juventude: Ampliar o programa estadual de formação profissional e inserção produtiva para juventudes, buscando promover autonomia financeira, geração de renda e

inclusão produtiva através de cursos profissionalizantes gratuitos; bolsas de formação; orientação vocacional; parcerias com empresas; e incentivo ao primeiro emprego.

4. Política de Acompanhamento Psicossocial e Reinserção Social no Mundo do Trabalho

Juventude: Criar uma política estadual de acompanhamento psicossocial e capacitação, buscando garantir suporte para reconstrução de trajetórias pessoais, educacionais e profissionais, através de acompanhamento psicológico; fortalecimento dos vínculos familiares; de qualificação profissional; de acesso à educação; e de inclusão no mercado de trabalho.

5. Política Estadual de Educação Alimentar nas Escolas com Nutricionistas Territoriais

Juventude: Criar equipes regionais de nutricionistas educadores vinculados à rede estadual de ensino para promover educação alimentar contínua e fortalecer hábitos saudáveis desde a infância através de oficinas culinárias; hortas escolares; formação de professores; encontros com responsáveis; e prevenção da obesidade infantil.

Propostas Nacionais:

1. Política Nacional de Cuidado Integral à Saúde Mental da Juventude: Criar uma Política Nacional de Cuidado Integral à Saúde Mental da Juventude buscando fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial e ampliar o acesso ao cuidado em saúde mental através da ampliação dos atendimentos especializados; do fortalecimento dos CAPS; de campanhas educativas; de prevenção ao suicídio; e de ações intersetoriais.

2. Plano Nacional de Cultura, Arte e Educação Popular nos Territórios: Fortalecer o Plano Nacional de Cultura, Arte e Educação Popular nos Territórios buscando promover cidadania, inclusão social e fortalecimento das comunidades, através do financiamento contínuo para projetos comunitários; de incentivo à educação popular; do fortalecimento de coletivos culturais; e da valorização das identidades territoriais.

3. Programa Nacional de Alimentação Saudável em Territórios Vulneráveis: Criar um programa federal de subsídio alimentar saudável para famílias inscritas no CadÚnico, buscando garantir acesso à alimentação adequada e promover segurança alimentar e nutricional, através de cartão alimentação saudável; compra de frutas, verduras e legumes; do incentivo à agricultura familiar; da integração entre SUS, SUAS e SISA; de acompanhamento por equipes multiprofissionais, de criação e manutenção de Restaurantes Populares com vínculo na produção agroecológica.



Propostas Estaduais:

1. Educação Ambiental e Implementação de PEVs: Implementar programas permanentes de educação ambiental em escolas, colégios, clínicas municipais e demais equipamentos públicos, com instalação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) destinados à coleta de óleo de cozinha, resíduos eletrônicos, pilhas, recicláveis e medicamentos vencidos, promovendo campanhas contínuas de conscientização ambiental e participação comunitária em parceria com cooperativas de reciclagem.

2. Política Estadual de Arborização Urbana Sustentável: Criar uma política estadual de arborização urbana que fortaleça o plantio de árvores nativas que produzam sombra e frutos, restringindo o plantio de palmeiras ornamentais em projetos públicos e promovendo a substituição gradual das já existentes, além de ampliar a arborização em regiões com baixa cobertura vegetal, prioritariamente em locais com ilhas de calor.

3. Programa Estadual de Corredores Verdes: Implantar corredores verdes urbanos por meio da recuperação de áreas degradadas, ampliação de ciclovias arborizadas, criação de parques lineares e proteção de encostas, margens de rios e demais áreas verdes, visando reduzir ilhas de calor e fortalecer a adaptação climática das cidades.

4. Política Estadual de Prevenção de Enchentes e Crises Climáticas: Reestatização da Light; Implantação de fiação subterrânea em todo o estado; Destinar orçamento específico para ações preventivas contra enchentes e crises climáticas, incluindo obras de drenagem sustentável, parques pluviais, limpeza preventiva de bueiros e galerias, piscinões; ampliação de áreas permeáveis, monitoramento de áreas de risco e reforço de sistemas comunitários de alerta e prevenção de desastres.

5. Programa Estadual de Limpeza e Recuperação de Rios e Canais: Reestatização da CEDAE; Criar um programa permanente de limpeza, desassoreamento e recuperação de rios e canais urbanos, com remoção contínua de lixo acumulado, instalação de ecobarreiras, recuperação de margens e matas ciliares, fiscalização contra descarte irregular e monitoramento da qualidade da água.

Propostas Nacionais:

1. Soberania Nacional Digital: Instituir legislação federal que obrigue empresas responsáveis por Data Centers a produzir medidas de compensação ambiental sobre o impacto social e ambiental gerado por suas operações, bem como a divulgar publicamente informações sobre consumo de energia e água, emissão de carbono, geração de resíduos eletrônicos, origem da energia utilizada e medidas de compensação ambiental, promovendo maior transparência e responsabilidade ambiental no setor tecnológico. Instituição da TerrBrás como forma de soberania sobre as terras raras brasileiras.

2. Aprovação e sanção da Lei n.4146/2020: O projeto de lei, conhecido como “PL dos Garis”, atualmente tramita no Senado. Ele objetiva o reconhecimento da classe em nível nacional, garantindo que a carga horária de trabalho da categoria seja de 40 horas semanais, que o piso salarial seja de 2 salários mínimos mensais - sendo reajustado anualmente a partir do reajuste do salário mínimo nacional -, que tenham adicional de insalubridade em grau máximo, sendo devido o pagamento de 40% do salário sem acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros, bem como a concessão de aposentadoria especial. Inclui-se nesta proposta a denominação “agente de saúde ambiental” como substituta à de “trabalhador essencial de limpeza urbana”.

3. Cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos: Fortalecer a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos por meio da ampliação da coleta seletiva, encerramento definitivo de lixões, fortalecimento da logística reversa, apoio técnico e financeiro aos municípios, inclusão produtiva de catadores e cooperativas e fiscalização do descarte irregular de resíduos.



Propostas Estaduais:

1. Acompanhamento integral para dislexia, TDAH e transtornos de aprendizagem: Criação de um protocolo estadual de implementação da Lei 14.254/2021, com formação docente, fluxos de encaminhamento, acompanhamento pedagógico e articulação entre educação, saúde e assistência social. A ideia é garantir que o direito já previsto em lei se traduza em suporte real nas escolas, sobretudo nos territórios mais vulnerabilizados.

2. Programa Estadual de autonomia pedagógica e valorização docente: Garantir e ampliar a autonomia pedagógica dos professores da rede pública estadual em suas atividades de planejamento, ensino e avaliação da aprendizagem, reduzindo mecanismos excessivamente meritocráticos de controle estatal e fortalecendo a liberdade didático-pedagógica prevista na educação pública democrática. Através da Garantia legal da autonomia pedagógica docente: Criação de normas estaduais que assegurem liberdade de planejamento, escolha metodológica e definição de instrumentos avaliativos pelos professores, respeitando as diretrizes curriculares nacionais e estaduais; da Redução da centralidade das avaliações meritocráticas externas: por meio da Limitação do uso exclusivo de índices de desempenho para bonificações, progressões funcionais e avaliação profissional dos docentes; e da Utilização das avaliações externas apenas como instrumentos diagnósticos e orientadores de políticas públicas. Fortalecimento do planejamento pedagógico coletivo: por meio da Ampliação da carga horária destinada ao planejamento e à formação continuada dentro da jornada de trabalho; e do Incentivo à construção coletiva de projetos pedagógicos nas unidades escolares. Criação de Conselhos Pedagógicos Escolares: com a Formação de espaços democráticos compostos por professores, gestores e comunidade escolar para discutir práticas pedagógicas e critérios avaliativos. Programa permanente de formação crítica e valorização docente: através da Oferta de cursos e debates sobre autonomia pedagógica, metodologias de ensino, avaliação da aprendizagem e gestão democrática da educação.

3. Alteração curricular - inclusão de aulas sobre política e direito (Cidadania e Constituição): Criação da disciplina "Cidadania e Constituição"; Formação continuada de professores das áreas de humanas para atuarem como educadores, com foco em metodologias ativas (simulações da ONU, júris simulados, projetos de lei fictícios); Parceria com a Defensoria Pública, OAB-RJ e universidades para palestras, visitas técnicas e produção de material didático contextualizado.

4. Expansão e criação de centros comunitários transversais de educação e apoio estudantil: Fortalecimento de instituições que oferecem orientação acadêmica, atividades culturais, atendimentos médicos, cursinhos preparatórios de educação popular em periferias e municípios do interior.

5. Ampliação do Programa Jovens Cientistas Cariocas: Expansão do programa por meio da criação de bolsas de Iniciação Científica Júnior para estudantes da rede pública, aproximando universidades, escolas e comunidades. Sendo uma forma de incentivo ao ingresso no ensino superior e a permanência de jovens nas áreas científicas, democratizando o acesso à ciência, combatendo a desinformação e criando uma rede estadual de divulgação científica popular.

Propostas Nacionais:

1. Programa Nacional de Valorização Permanente do Magistério por meio do FUNDEB: Destinação prioritária dos recursos do FUNDEB para valorização salarial permanente; Redução da utilização de bonificações meritocráticas temporárias; Fortalecimento dos planos de carreira do magistério; Criação de mecanismos de fiscalização e transparência; Cooperação federativa para equilíbrio remuneratório.

2. Transformação do Fomento a Cursinhos Populares (CPOP) em Política de Estado: Transformação do CPOP em Política de Estado, garantindo Controle Social pela Articulação Nacional de Cursinhos Populares almejando a longo prazo o fim do vestibular.

3. Modernização tecnológica e fortalecimento das escolas de tempo integral: Ampliação gradual da infraestrutura tecnológica das escolas públicas de tempo integral, com melhoria do acesso à internet, criação de laboratórios de informática e utilização de plataformas digitais educacionais. Fundamental que exista a formação básica para professores no uso de ferramentas digitais em sala de aula.

4. Garantia de aplicação da Lei Federal nº 7.398: Garantia de aplicação da Lei do Grêmio Livre que garante a organização autônoma e livre dos alunos do ensino fundamental e médio em grêmios.

5. Proibição de Escolas Cívico-Militares: Proibição da criação e manutenção de Escolas Cívico-Militares em território nacional, garantindo que o ensino seja libertador e emancipatório.

Propostas Estaduais:

1. Programa Estadual de Desenvolvimento da Produção Artesanal e da Economia Criativa: Garantir a regulamentação, implementação e fiscalização efetiva da Lei Estadual nº 9.885/2022, fortalecendo o artesanato, os empreendimentos criativos e a geração de renda nos territórios. Procura-se, através da regulamentação integral da legislação vigente, conquistar a ampliação do acesso a feiras, mercados e espaços de comercialização; a capacitação permanente para artesãos e empreendedores criativos; a criação de linhas de crédito específicas para economia criativa, para redes de produtores coletivos, movimentos sociais e bancos populares; e o fortalecimento das coordenações regionais de artesanato.

2. Programa Estadual de Valorização das Culturas Regionais: Preservar e fortalecer manifestações culturais tradicionais e contemporâneas presentes nos diversos territórios do estado, através da criação de festivais culturais regionais; do apoio financeiro a grupos de música, dança, teatro, artesanato e cultura popular; de terreiros de matriz africana, de organizações dos povos ciganos, da integração da cultura regional às atividades escolares; e da criação de roteiros de turismo cultural.

3. Projeto Cultura e Juventude RJ: Ampliar o acesso da juventude às atividades culturais e artísticas como estratégia de inclusão social e desenvolvimento educacional, a partir de oficinas gratuitas de música, teatro, dança e audiovisual; da criação de espaços culturais voltados para a juventude; da concessão de bolsas para jovens artistas; e da realização de mostras e festivais estudantis; garantia de entrada gratuita em equipamentos estaduais de cultura.

4. Programa Estadual de Educação Musical Comunitária: Garantir acesso gratuito e contínuo à formação musical para crianças, adolescentes e jovens, especialmente em territórios periféricos, através da criação de Escolas Públicas de Artes, com oferta gratuita de aulas de música, artes plásticas, artes visuais, teatro, e todas as demais linguagens da arte; Aquisição e empréstimo de instrumentos musicais; Formação continuada para educadores musicais; e de Circuitos estaduais de apresentações estudantis.

5. Programa Estadual de Cultura Acessível e Inclusiva: Ampliar o conceito de acessibilidade cultural, contemplando pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual, transtornos de comunicação e neuro divergências, através da Formação em acessibilidade cultural para equipes e gestores; da Produção de materiais em linguagem simples; de fomento de Espaços de acolhimento sensorial em eventos culturais; da Adaptação de equipamentos culturais para públicos neuro divergentes; da Criação de protocolos estaduais de acessibilidade ampliada.

Propostas Nacionais:

1. Fortalecimento Permanente do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB): Garantir continuidade institucional e orçamentária ao Programa do Artesanato Brasileiro, independentemente das mudanças de governo, a partir do Financiamento contínuo das coordenações estaduais; da Ampliação das ações de comercialização; da Capacitação permanente dos artesãos; e da Integração com políticas de economia criativa e turismo.

2. Política Nacional de Formação Cultural e Artística nas Escolas: Garantia da lei 11.769/2008 que promove a integração entre cultura e educação, garantindo acesso contínuo de estudantes da rede pública às diversas manifestações artísticas, através do fortalecimento do ensino de artes, música, teatro, dança e audiovisual; do Desenvolvimento de projetos culturais interdisciplinares; da Ampliação do acesso a equipamentos culturais; e do incentivo à produção cultural estudantil.

3. Política Nacional de Democratização do Ensino da Música e da Acessibilidade Cultural: Universalizar o acesso à educação musical e ampliar a acessibilidade cultural em todo o território nacional, através da ampliação do Financiamento permanente para projetos de educação musical, como de Escolas Livres de Arte e Cultura; da Distribuição de instrumentos para projetos sociais; da Formação de educadores musicais; da Atualização dos critérios de acessibilidade cultural nos editais públicos; da Inclusão de medidas voltadas à neurodiversidade, acessibilidade cognitiva e comunicacional.



Propostas Estaduais:**1. Fortalecimento de Núcleos Comunitários de Saúde Mental:**

Fortalecimento de núcleos territoriais permanentes em regiões periféricas e áreas de alta vulnerabilidade social do Estado do Rio de Janeiro, articulando práticas comunitárias de cuidado, convivência, escuta social e fortalecimento de vínculos humanos por meio do SUS. Os núcleos desenvolverão rodas de conversa, oficinas culturais, práticas restaurativas, grupos de convivência, atividades integrativas e ações preventivas voltadas à redução do sofrimento psíquico associado à violência, à pobreza, à exclusão social e à fragilização comunitária.

2. Garantia de Saúde Mental nas Escolas Públicas:

Garantia de equipes interdisciplinares permanentes nas redes estaduais de ensino do Rio de Janeiro, integrando profissionais da psicologia, assistência social, psicopedagogia e mediação comunitária ao cotidiano escolar. Garantia de ações coletivas de escuta, convivência, práticas restaurativas, educação em direitos humanos e fortalecimento da cultura democrática nas escolas públicas estaduais.

3. Política Estadual Vida Potente de Juventude, Convivência e Prevenção das Violências:

Fortalecimento de programas territoriais voltados à juventude periférica, articulando cultura, esporte, saúde mental, participação social e fortalecimento comunitário como estratégias preventivas diante das múltiplas formas de violência presentes no Estado do Rio de Janeiro por meio do SUS. As ações incluem formação cidadã, mediação comunitária de conflitos, oficinas culturais, práticas corporais integrativas, redes de escuta juvenil e fortalecimento de lideranças comunitárias. A proposta compreende que prevenção das violências exige políticas estruturais de pertencimento, dignidade e participação democrática.

4. Política Estadual Vida Potente de Segurança Alimentar e Hortas Comunitárias:

Ampliação da verba para as políticas territoriais de combate à insegurança alimentar e promoção da soberania alimentar em territórios populares do Estado do Rio de Janeiro. A proposta reconhece que alimentação adequada constitui direito humano fundamental e dimensão indispensável da saúde física, emocional e comunitária.

Propostas Nacionais:

1. Ampliação das verbas para Saúde Mental Comunitária e Cuidado Territorial:

Ampliação do financiamento federal destinado ao fortalecimento de políticas estaduais de saúde mental comunitária, prevenção do sofrimento psíquico e cuidado territorial integrado. A proposta prevê a transferência de recursos da União para os estados mediante apresentação de planos estaduais voltados à implantação de redes territoriais de cuidado, fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde, ampliação de equipes multiprofissionais, implementação de práticas comunitárias de escuta e convivência em regiões periféricas e territórios de alta vulnerabilidade social. Busca-se consolidar uma política nacional capaz de substituir modelos segregadores por estratégias de pertencimento, autonomia, convivência comunitária e reconstrução de projetos de vida.

2. Defesa do SUS Público, Gratuito e Estatal: Defesa e garantia do Sistema Único de Saúde (SUS) que seja capilarizado em parceria com os estados e municípios garantindo que seja público, gratuito e estatal. Assim, defendemos o fim das privatizações e das terceirizações através das Organizações Sociais (OSs) pelos estados e municípios.

3. Ampliação do financiamento para Segurança Alimentar:

Ampliação do financiamento para programas estaduais vinculados ao fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), à ampliação de hortas comunitárias, cozinhas solidárias, circuitos populares de abastecimento, bibliotecas comunitárias, pontos de cultura, centros de convivência e requalificação de espaços públicos em territórios periféricos.



TRABALHO

Propostas Estaduais:

1. Equipamentos de Proteção Individual: Garantia de Equipamentos de Proteção Individual para os trabalhadores urbanos, como entregadores de aplicativos, bem como para Agentes de Saúde Ambiental (ASA), conhecidos popularmente como garis.

2. Trabalho Urbano: Obrigatoriedade para os aplicativos de entrega de criar espaços de convivência, alimentação, descanso e higiene para os seus trabalhadores.

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Propostas Estaduais:

1. Transporte: Estatização das linhas de trem com controle dos trabalhadores; manutenção dos pagamentos em dinheiro nos ônibus;

2. Acessibilidade: Padronização do acesso às estações de trem (vãos, plataformas, corredores, escadas, auxílio de funcionários, elevadores, capacitação dos funcionários para comunicação em Libras); fiscalização frequente do uso e o funcionamento do elevador de acesso para cadeirantes nos ônibus, garantindo a capacitação dos motoristas.

Propostas Nacionais:

1. Tarifa Zero: Tarifa Zero de todo o transporte público aos finais de semana; Gratuidade nos Transportes Públicos para pessoas cadastradas no CAD-Único; Obrigatoriedade das Grandes Empresas em pagar a totalidade do transporte público para os seus trabalhadores.

CONCLUSÃO

As propostas apresentadas neste documento partem de uma compreensão fundamental: *as políticas públicas precisam responder às necessidades concretas da população e ser construídas com participação social.*

Os desafios enfrentados nos territórios não estão isolados. Mobilidade se relaciona com acesso ao trabalho e à educação. Meio ambiente se relaciona com saúde e qualidade de vida. Cultura se relaciona com identidade, participação e desenvolvimento. Educação, assistência social, saúde e trabalho se articulam na garantia de direitos e na construção de condições dignas de vida.

Por isso, **fazer política também significa disputar prioridades, orçamento, formas de participação e projetos de sociedade.**

O **Círculo Faz Política** — Propostas de Políticas Públicas 2026 é parte desse compromisso: colocar ideias em circulação, fortalecer o debate público e defender políticas construídas a partir dos territórios e com participação popular.

Este documento não encerra a discussão. *É um convite para continuar debatendo, organizando e construindo caminhos coletivos para o presente e para o futuro.*

CÍRCULO FAZ POLÍTICA
Conheça. Discuta. Participe.



CÍRCULO
LARANJA